

GLÁUCIA DA SILVA MENDES MORAES

A CONSCIÊNCIA SOCIALISTA POSSÍVEL DO GOVERNO DE JOSÉ MUJICA: UMA ANÁLISE DE NOTÍCIAS VEICULADAS PELA TELESUR

*LA CONCIENCIA SOCIALISTA POSIBLE DEL
GOBIERNO DE JOSÉ MUJICA: UN ANALISIS DE
NOTICIAS EMITIDAS POR TELESUR*

*THE POSSIBLE SOCIALIST CONSCIOUSNESS OF
JOSÉ MUJICA GOVERNMENT: AN ANALYSIS OF
THE NEWS BROADCAST BY TELESUR*

Recebido em: 27 jun. 2016

Aceito em: 19 nov. 2016

Gláucia da Silva Mendes Moraes: Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro-RJ, Brasil) Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Comunicação e jornalista pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).
Contato: gs_mendes@yahoo.com.br

ISSN (2236-8000)

RESUMO

José Mujica lançou-se como candidato à presidência do Uruguai com a promessa de “virar à esquerda”. O presente artigo investiga se e como esse giro à esquerda se manifesta na cobertura jornalística sobre o governo, procurando apreender a consciência socialista possível da administração de José Mujica. A análise de notícias sobre política veiculadas pela emissora de televisão multiestatal Telesur evidencia que o governo de José Mujica se afasta do discurso da luta de classes em prol da noção de “país produtivo”, que concilia o ideal socialista de distribuição social da riqueza com valores do sistema capitalista.

PALAVRAS-CHAVES: discurso jornalístico; consciência possível; governo de José Mujica.

RESUMEN

José Mujica se convirtió en candidato a la presidencia de Uruguay con la promesa de llevar a cabo un “giro a la izquierda”. En este trabajo se investiga si y cómo este giro a la izquierda se manifiesta en la producción periodística sobre el gobierno, tratando de captar la conciencia socialista posible de la administración de José Mujica. El análisis de las noticias políticas emitidas por la estación de televisión multi-estatal Telesur muestra que el gobierno de José Mujica se aleja del discurso de la lucha de clases en favor de la noción de “país productivo” que reconcilia el ideal socialista de distribución social de la riqueza con los valores del sistema capitalista.

PALABRAS-CHAVES: discurso periodístico; conciencia posible; gobierno de José Mujica.

ABSTRACT

José Mujica became presidential candidate of Uruguay with a promise to “turn left”. This paper investigates whether and how this left turn took place in the media coverage of the government, seeking to grasp the possible socialist consciousness of José Mujica administration. The analysis of political news broadcast by multi-state television Telesur shows that José Mujica government moves away from the discourse of the class struggle in favor of the notion of “productive country” that reconciles the socialist ideal of social wealth distribution with values of the capitalist system.

KEYWORDS: journalistic discourse; possible consciousness, José Mujica government.

INTRODUÇÃO

José “Pepe” Mujica ingressou no partido uruguaio Frente Ampla (FA) e aí construiu sua trajetória como uma das principais lideranças do Movimento de Libertação Nacional Tupamaros (MLN-T), que surgiu na década de 1960 como uma guerrilha urbana inspirada na revolução cubana e reorganizou-se para participar da disputa política pela via democrática após a ditadura militar uruguaia (1973-1985). O MLN-T abrigava em seu interior tradições políticas marxistas, leninistas, anarquistas, liberais e nacionalistas. Mujica representava uma vertente que procurava articular os dois principais polos ideológicos dominantes no movimento após o fim da fase guerrilheira: o “frentegrandista”, que pregava a necessidade de avançar na conscientização e organização das camadas populares, e o “proletário”, que abraçava o marxismo-leninismo e identificava o operário como ator central do processo histórico (GARCE, 2010b).

Em 2009, Mujica foi escolhido pela FA para concorrer à eleição presidencial. A candidatura provocou uma cisão no partido: apoiado pela ala mais à esquerda, o ex-guerrilheiro disputou a indicação com o então ministro da Economia e Finanças, Danilo Astori, que vinha implementando uma política econômica de matriz neoliberal. Astori contava com o respaldo do presidente Tabaré Vázquez e de uma ampla coalizão interna. Para suturar as feridas internas e evitar a fuga de votos, Mujica fez um acordo com Astori, escolhendo-o como vice-presidente. A chapa obteve 47,96% dos votos válidos no primeiro turno das eleições presidenciais e venceu o pleito com 59,79%, no segundo turno (GARCE, 2010a).

O acordo com Astori significou um abrandamento do projeto político inicial de Mujica, que acenava com a promessa de empreender uma “virada à esquerda” em relação à administração de Tabaré Vázquez. Ainda que as convicções e o estilo pessoal de Mujica tenham transparecido em algumas de suas decisões, seu governo é considerado, em termos políticos, muito mais uma continuidade do que uma ruptura com o de Vázquez.

Tão importante quanto a análise política sobre o governo de José Mujica é a observação do modo como ele foi representado jornalisticamente. Isso porque “[...] a percepção da existência, da realidade dos sujeitos políticos – individuais ou coletivos – e das posições políticas para a quase totalidade dos indivíduos, depende de sua presença nos circuitos informativos produzidos pelo jornalismo contemporâneo [...]” (GOMES, 2004, p.327). Presença esta que não assume a feição de um reflexo da realidade, mas sim a de uma construção socialmente mediada (GOMES, 2004; TRAQUINA, 2005).

Amparado por esses pressupostos, o presente artigo propõe-se a investigar se e em que medida o “giro à esquerda” prometido inicialmente por Mujica reverbera na cobertura jornalística sobre seu governo incorporando marcas discursivas que remetem ao socialismo. É possível encontrar vestígios desse pensamento político-ideológico imbricados às notícias sobre o governo de José Mujica? Como eles se manifestam? Eles podem ser encontrados no discurso das fontes governamentais?

Procura-se responder a esses questionamentos por meio da análise de notícias veiculadas pela Telesur, emissora de televisão multiestatal criada pelo governo da Venezuela, com o apoio de Cuba, Argentina¹, Uruguai,

¹ O convênio de cooperação entre Argentina e Venezuela para o fortalecimento da Telesur foi assinado no dia 1º de fevereiro de 2005, durante o governo de Néstor Kirchner. No dia 27 de março de 2016, o governo de Mauricio Macri anunciou que a Argentina deixaria de integrar a sociedade proprietária da emissora multiestatal.

² De acordo com a emissora, SUL é um conceito geopolítico usado na luta dos povos pela paz, autodeterminação, respeito aos Direitos Humanos e Justiça Social.

Equador, Bolívia e Nicarágua. A multiestatal apresenta-se como um veículo de comunicação cuja missão é “liderar e promover os processos de união dos povos do SUL²”, guiado pela prestação de um “serviço público” (TELESUR, 2015). Acredita-se que, por visar à integração dos povos subalternos, a emissora se constitua como um veículo privilegiado para a reverberação de discursos universalistas como o do socialismo.

A Telesur tem como foco primordial a integração da América Latina. A emissora autodeclara ser um espaço comunicacional que permite “a todos os habitantes dessa vasta região difundir seus próprios valores, divulgar sua própria imagem, debater suas próprias ideias e transmitir seus próprios conteúdos, livre e equitativamente” (TELESUR *apud* MORAES, 2011, p.75). Entretanto, a noção de “serviço público” evocada pela emissora suscita questões que precisam ser ponderadas.

Conforme salientam Esch, Del Bianco e Moreira (2013), a definição de radiodifusão pública é um desafio conceitual na América Latina. Entretanto, os autores consideram quatro princípios elencados pela Unesco (2001) como fundamentais na definição de um meio de comunicação público: independência, universalidade, diferenciação e diversidade. O primeiro deles consiste no principal indicador de autonomia de um veículo de comunicação em relação ao governo.

Seguindo a proposta conceitual da Unesco (2001), a radiodifusão pública é independente na medida em que opere como um fórum no qual as ideias possam ser expressas livremente, isentas de pressões financeiras, comerciais ou políticas. Um aspecto caro a essa definição diz respeito à governança: espera-se que o meio de comunicação público seja autônomo em relação ao governo e conte com mecanismos de gestão caracterizados pela participação de grupos sociais representativos.

O jornalista brasileiro Beto Almeida (2013) explica que a estrutura gerencial da Telesur é composta por dois órgãos. No topo do organograma institucional, localiza-se a Direção-Geral, composta quase exclusivamente por representantes dos Estados coproprietários, indicados pelos governos. A única exceção à regra é Almeida, que participa da direção como membro não-estatal, por ter integrado o núcleo inicial de criação do veículo. Abaixo da Direção-Geral, situa-se o Conselho Assessor. Considerado o espaço de participação da sociedade civil na emissora latino-americana, o órgão reúne intelectuais e militantes da esquerda latino-americana e mundial, mas deixa de fora representantes de entidades da sociedade civil organizada e dos próprios telespectadores da emissora.

O Conselho Assessor é responsável pela linha editorial do veículo. Sua função precípua é zelar para que o conteúdo da Telesur contribua para a integração simbólica dos países latino-americanos e dos povos do Sul. Segundo Almeida (2013), o conselho dispõe de autonomia em relação aos governos coproprietários para o cumprimento dessa missão. Entretanto, o fato de estar subordinado à Direção-Geral, composta por representantes governamentais, coloca sob suspeição essa alegada independência.

Outro fator de peso na avaliação da autonomia da comunicação pública é o financiamento. Na perspectiva da Unesco (2001), dispor de fontes estáveis de recursos financeiros, que independam da aprovação de governos e de decisões mercadológicas, é crucial para assegurar a independência de um veículo público. Essa não é, entretanto, a realidade

da Telesur: o quadro comparativo das estruturas de comunicação públicas latino-americanas realizado pelo Mercosul (2007) aponta que a principal fonte de financiamento da emissora é o orçamento dos Estados-membros. À época do estudo, estes destinavam à multiestatal uma quantia aproximada de 10 milhões de dólares.

Além disso, a emissora não depende igualmente de todos os coproprietários: o Estado venezuelano detém, sozinho, 51% das ações (MORAES, 2011). A participação acionária levanta questionamentos sobre o caráter latino-americano da Telesur e, para críticos, influencia os rumos editoriais (MORAES, 2011). Essa é a opinião de pesquisadores como Omar Rincón, para quem a emissora é “uma boa ideia, uma ideia necessária para o continente”, mas “não representa a América Latina, a não ser o pensamento chavista” (*apud* MORAES, 2011, p.78).

A participação dos Estados coproprietários se efetiva por meio de convênios bilaterais celebrados com a Venezuela. O acordo assinado pelo Uruguai prevê a subscrição de até 10% do capital acionário inicial da emissora, mediante a contraprestação dos seguintes serviços: aporte de 20 horas mensais de produção de conteúdos uruguaios, gerados na produção estatal, independente, universitária ou comunitária; colaboração na formação de recursos humanos; estabelecimento de enlace satelital com a Venezuela; financiamento da sucursal da Telesur no Uruguai, incluindo despesas com a sede, infraestrutura e pessoal; distribuição do sinal satelital da Telesur em território uruguaio (URUGUAY, 2009).

A análise da cobertura jornalística realizada no presente artigo circunscreve-se à produção da sucursal uruguaia da Telesur. Além-se, aqui, às matérias veiculadas no Telesur Notícias, principal telejornal da emissora, exibido várias vezes ao longo do dia. A coleta do material foi realizada no arquivo audiovisual existente no *website* da Telesur. Como o repositório não identifica a edição específica do telejornal na qual as notícias foram veiculadas, todas as matérias classificadas na categoria “Política” foram levadas em consideração.

O *corpus* inicial foi constituído pelas notícias veiculadas nos dois primeiros anos do governo de José Mujica (março de 2010 a fevereiro de 2012). A princípio, o propósito era abarcar todo o período do governo (2010-2015). No entanto, durante a coleta do material, o repositório e o sistema de buscas do *website* passaram por mudanças significativas, restringindo o acesso às notícias publicadas nos últimos 12 meses e inviabilizando, dessa forma, a constituição do *corpus* pretendido.

No recorte temporal estabelecido, o Telesur Notícias veiculou 65 matérias sobre o Uruguai categorizadas como políticas. O total representa uma média de menos de 3 notícias por mês, que pode ser considerada baixa para o período analisado. Nesse interregno, temas muito diversos entre si foram classificados como políticos e obtiveram graus de visibilidade bastante díspares, como é possível observar na tabela 1.

O tema mais recorrente é a violação dos Direitos Humanos pela ditadura militar. Cerca de 34% das notícias enfocam reivindicações populares e ações adotadas pelo Estado com o propósito de punir os crimes de lesa-humanidade. Em segundo lugar, mas com frequência bem inferior (7,5%), destacam-se dois temas: relações internacionais, sendo mais da metade das notícias referentes a uma vista do presidente

venezuelano Hugo Chávez ao Uruguai, e ações dos trabalhadores, com a cobertura de paralisações laborais e iniciativas de produção cooperativa. Em terceiro lugar (6%), aparecem notícias pertinentes à política municipal, sobretudo às eleições em Montevidéu. Em quarto (6%), o 16º Congresso da Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes (OCLAE), realizado no Uruguai. Na sequência, surgem vários outros temas, com visibilidade bastante reduzida.

Tabela 1 – Notícias sobre política no Uruguai agrupadas por tema

Tema	Ocorrências
Violação dos Direitos Humanos durante a ditadura militar	22
Ações dos trabalhadores	5
Relações internacionais	5
Política municipal	4
16º Congresso de Estudantes da América Latina e do Caribe	4
Mortes provocadas pelo frio	3
Leis e projetos de lei	3
Abusos de marinheiros uruguaios contra haitianos	2
Saúde pública	2
Posse presidencial e parlamentar	2
Manifestação contra o Dia da Raça	2
Caminhante pela paz	2
Reforma do Estado	1
Renúncia da cúpula da Força Aérea	1
Aniversário do partido Frente Ampla	1
Bicentenário da Independência	1
Ação judicial contra a empresa Philip Morris	1
Inundações no Uruguai	1
Censo uruguaio	1
Condenação de enfermeiros assassinos	1
Cancelamento de voos para Montevidéu	1
Total	65

Considerando a posição de destaque assumida pelo tema no conjunto do noticiário e o propósito desta pesquisa de identificar possíveis vestígios do pensamento socialista na cobertura jornalística da Telesur sobre o governo de José Mujica, adota-se como recorte as notícias referentes às ações dos trabalhadores. Na medida em que estes são apresentados por Marx e Engels (1998) como os principais sujeitos da revolução socialista, acredita-se que as matérias nas quais eles figurem em destaque sejam mais propensas à elucidação de tal ideologia.

Na teoria de Marx e Engels (1998), a transição ao socialismo pressupõe a hegemonia da classe trabalhadora no Estado. Enquanto força política

dominante, esta deve ter como meta a democratização substantiva da sociedade, mediante a distribuição dos bens materiais. Por conseguinte, ao analisar notícias que enfocam a ação dos trabalhadores, busca-se observar sobretudo a relação destes com o Estado, então representado pelo governo de José Mujica.

Portanto, ainda que procure evidenciar todas as manifestações do ideário socialista presentes no noticiário, este trabalho visa elucidar principalmente a “consciência socialista possível” de ser expressa pelo governo de José Mujica. Cunhado por Lucien Goldmann (1972), o conceito de “consciência possível” procura compreender o processo comunicacional em articulação dialética com a correlação de forças sociais. Segundo o autor, a ausência de uma dada informação em um processo comunicacional não resulta necessariamente de sua dissonância com a ideologia do enunciador, mas sim das repercussões que ela pode vir a provocar no conjunto das relações sociais.

Goldmann (1972) afirma que há situações nas quais uma determinada informação não pode ser aceita por um público receptor, a não ser sob o risco do desaparecimento deste ou da perda de suas características básicas. Por essa razão, as alianças entre grupos sociais baseiam-se na existência de um programa mínimo, que não pode ultrapassar o “máximo de consciência possível” do grupo menos avançado, a não ser sob o risco de que o equilíbrio social provisório seja abalado.

É possível que a tomada de consciência de uma determinada informação, mesmo quando conforme as categorias mentais da consciência do grupo e favorável ao equilíbrio para o qual é orientado, possa ter consequências altamente prejudiciais à realização desse equilíbrio, se ela se produz também na consciência dos outros grupos sociais que constituem a sociedade global (GOLDMANN, 1972, p.14).

Para apreender a consciência socialista possível do governo de José Mujica no noticiário da Telesur, o presente trabalho respalda-se em um referencial teórico-metodológico que concebe o jornalismo como uma atividade de construção social da realidade. A produção da notícia é tratada como um processo no qual se entrecruzam a realidade, a cultura profissional do jornalista e fatores discursivo-ideológicos.

JORNALISMO E CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

O jornalismo realiza uma construção social da realidade. Embora procurem se legitimar socialmente como profissionais cuja atuação reflete os acontecimentos, tal qual um espelho, os jornalistas se afirmam como membros de uma comunidade interpretativa que adota “óculos particulares” (BOURDIEU, 1997 *apud* TRAQUINA, 2005, p. 77) para compreender o mundo.

O filão de investigação que concebe as notícias como construção rejeita as notícias como espelho por diversas razões. Em primeiro lugar, argumenta que é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os *mass media* noticiosos que devem

“refletir” essa realidade porque as notícias ajudam a construir a própria realidade. Em segundo lugar, defende a posição de que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, porque a linguagem neutral é impossível. Em terceiro lugar, é da opinião que os *media* noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores, incluindo os aspectos organizativos do trabalho jornalístico, as limitações orçamentais, a própria maneira como a rede noticiosa é colocada para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos (TRAQUINA, 2005, p. 168-169).

O paradigma da notícia como construção não pressupõe a produção de um conteúdo ficcional. As notícias não são por ele concebidas como uma criação arbitrária, regida pela imaginação do jornalista, mas sim como o resultado da seleção dos fatos e dos aspectos da realidade dignos de serem reportados, da saliência de determinadas informações em detrimento de outras e da aplicação de certas técnicas narrativas que definem a forma como os acontecimentos chegam ao público.

Nesse processo de construção da notícia, são mobilizadas vozes sociais. Como observa Benetti (2010), o discurso jornalístico é constitutivamente dialógico e, idealmente, polifônico. Como todo e qualquer discurso, ele é dialógico porque sempre envolve uma interação entre sujeitos, presentes ou presumidos, inserindo-se em uma cadeia comunicacional ininterrupta. Tal interação, por sua vez, pode assumir ou não um caráter polifônico, dependendo das vozes acionadas. Quando estas são plurais, representam posições dissonantes e contraditórias, o discurso é polifônico; quando elas partem de uma mesma perspectiva de enunciação, produzem um discurso monofônico.

A pluralidade de vozes é considerada um dos atributos basilares do jornalismo praticado por uma emissora pública de comunicação. A incorporação de diferentes pontos de vista é essencial para assegurar um espaço mínimo ao exercício do direito à comunicação, entendido como o direito dos cidadãos a ter acesso aos meios de produção e veiculação de informação. Coutinho (2013) sublinha que a busca pelo contraditório deve ser um elemento constitutivo das narrativas telejornalísticas, haja vista a condição complexa de toda e qualquer realidade que se pretenda representar.

Segundo a autora, essa pluralidade pode ser mensurada com o auxílio de categorias analíticas. As fontes podem ser identificadas como representantes de um dos seguintes grupos sociais: cidadão comum, especialista, sociedade civil organizada ou governo. O tempo concedido para a manifestação de seu ponto de vista e a posição política assumida em relação ao assunto auxiliam nessa qualificação. O modo de inserção de sua fala no telejornal também é revelador, podendo ser realizado com a finalidade de informar, emocionar, confirmar, desmentir, polemizar, ensinar ou alertar.

A identificação de fontes governamentais nas produções jornalísticas de uma emissora pública requer como investigação complementar a análise do enfoque ou valência da cobertura em relação ao governo. Avaliada a partir da edição final da matéria, a valência pode ser considerada positiva,

negativa ou neutra, a partir da ponderação de aspectos como: presença de argumentos contrários e/ou a favor do governo, encaminhamento da matéria, seja pelo texto do repórter, pela angulação ou por recursos de edição.

A polifonia ou não das vozes mobilizadas na construção das narrativas jornalísticas também pode ser aferida por meio da análise do discurso. Para investigações dessa natureza, Benetti (2010) considera fundamental a distinção entre locutor e enunciador. O locutor é aquele que fala e pode ser identificado como o responsável imediato pelo enunciado; no entanto, o responsável pelo sentido do discurso é o enunciador, de cujo ponto de vista são apresentados os acontecimentos. Sua fala é perpassada por marcas culturais, sociais e históricas associadas a uma determinada posição de sujeito.

Tais marcas - e, por conseguinte, a posição de sujeito à qual elas remetem - podem ser apreendidas mediante a análise do discurso francesa (AD), metodologia que concebe a produção de sentido como um processo que se inscreve em relações ideológicas e desenvolve-se sobre a base material da língua (PÊCHEUX, 1988). Para essa vertente analítica, o texto é apenas a parte visível ou material de um processo de significação que se inicia na sociedade. Por conseguinte, também a exterioridade deve ser considerada parte constitutiva do discurso.

Tendo em vista essa particularidade do processo de construção de sentidos, a AD propõe uma análise em duas camadas, articuladas entre si: uma discursiva e a outra ideológica. Na camada discursiva, situada no nível da estrutura o texto, o analista deve identificar a ou as “formações discursivas” presentes. A formação discursiva pode ser entendida como uma “região de sentidos” circunscrita a um limite interpretativo, ou “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1988, p.160).

A camada discursiva remete a um nível de significação mais profundo: o ideológico. Por conseguinte, uma dada formação discursiva encontra-se intrinsecamente associada a uma formação ideológica, entendida como um “conjunto de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se reportam mais ou menos diretamente às posições de classe mais ou menos em conflito umas com as outras” (HAROCHE et al., 1975 *apud* ORLANDI, 2006, p. 18). Em um texto, existirão tantas formações ideológicas quantas forem as formações discursivas.

As formações discursiva e ideológica consistem em categorias analíticas capazes de auxiliar na apreensão da “consciência possível”, do que pode ser dito sem colocar em risco as alianças sociais nas quais o emissor se encontra inserido. Considerando que tanto o conceito de “consciência possível” quanto a vertente metodológica da análise do discurso francesa partem do pressuposto de que o fenômeno comunicacional deve ser compreendido em articulação dialética com o ambiente social concreto, antes de proceder à análise do noticiário da Telesur sobre o governo de José Mujica, é necessário desvelar a estrutura político-social que se encontra na base dessa administração frenteamplista, procurando situar as frações socialistas nessa correlação de forças.

O (RE)POSICIONAMENTO DAS FORÇAS SOCIALISTAS NO PARTIDO FRENTE AMPLA

O partido Frente Ampla foi criado em um contexto de crise generalizada, que exerceu influência em sua formação. O Uruguai vivia o esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização por substituição de importações e no Estado de Bem-Estar Social, que haviam sido erigidos no início do século XX. Na esfera político-institucional, um clima de violência se alastrava pelos dois lados do espectro político. Entre as forças de direita, um setor militar nacionalista pregava a supressão das instituições democráticas para prevenir o avanço da “ameaça comunista”. No interior da esquerda, surgiam organizações sociais que identificavam a luta armada como a única forma de chegar ao poder (CABRAL, 2012).

Nesse contexto, os partidos Socialista e Comunista iniciaram acordos eleitorais com os democratas cristãos e segmentos dissidentes das duas agremiações que então dominavam o cenário político, os partidos Nacional e Colorado. Como resultado das negociações, as frações políticas resolveram criar a Frente Ampla (FA), força de esquerda que se inseria na disputa política pela via pacífica e democrática. A composição conferiu um caráter heterogêneo e policlassista ao novo partido, transformando-o em uma unidade contraditória que abrigava tendências reformistas e revolucionárias (GARCE; YAFFÉ, 2006).

Em termos ideológicos, nos primeiros anos da FA, as posições reformistas coexistiram com as revolucionárias. Contudo, a maioria das correntes internas ainda adotava uma perspectiva marxista, declarando-se anticapitalista e propondo alguma versão de ação política socialista. Com o golpe de Estado da direita militar-nacionalista, em 1973, a coalizão recém-criada caiu na ilegalidade e seus partidários foram submetidos a um regime de perseguição e repressão massiva, que objetivava exterminar os movimentos políticos de cunho popular. Por essa razão, o processo de organização da nova legenda foi interrompido e só pôde ser retomado em 1984, com a queda do regime ditatorial. Esse momento, caracterizado por um forte apelo democrático, conduziu ao fortalecimento das frações de centro-esquerda e ao deslocamento dos grupos radicais.

Nos anos seguintes, instalou-se um debate político-ideológico no interior da FA que acabou por substituir a imagem do partido como uma força “contestatória” pela de um agente “construtivo”. A recondução dos rumos políticos teve em Tabaré Vázquez um importante protagonista. Ao assumir a administração de Montevideu, entre 1990 e 1994, Vázquez transformou-se em uma importante liderança, galgando posições no partido até chegar a sua presidência, em 1996. Nos Congressos Ordinários realizados sob sua tutela, os ideais fundacionais de promoção da revolução socialista foram substituídos por um projeto destinado a construir um “país produtivo”.

Nesse interregno, segmentos políticos da FA que mantinham uma posição contestatória acabaram se moderando. Esse foi o caso do Movimento de Participação Popular (MPP), corrente que surgiu na década de 1990 a partir da união entre o movimento guerrilheiro Tupamaros – que tinha José Mujica como uma de suas principais lideranças - e uma série de pequenas organizações de extrema esquerda da FA. Embora tenha se

oposto, inicialmente, aos novos rumos, o MPP passou por uma mudança radical e se somou à estratégia vitoriosa de Tabaré Vázquez.

Com essa nova orientação política, a Frente Ampla conquistou a presidência pela primeira vez nas eleições de outubro de 2004. A vitória, que deu início ao governo de Tabaré Vázquez (2005-2010), é considerada um marco histórico na política do Uruguai: desde a instauração da poliarquia, em 1917, os partidos Nacional e Colorado sempre se revezaram – ou se uniram – na condução do país; a ascensão da FA representou a inédita ruptura dessa secular hegemonia por uma força de tendência de esquerda.

Embora sejam perceptíveis diferenças entre a primeira administração frenteamplista e a dos partidos tradicionais, especialmente no que diz respeito às políticas sociais, a *performance* da esquerda no poder não coincidiu com o esperado. Continuidades com os governos precedentes tornaram-se visíveis ao longo dos anos. Uma das mais significativas ocorreu no âmbito econômico: ao contrário da postura adotada enquanto figurava como oposição, o governo da Frente Ampla manteve a ortodoxia econômica (GARCE, 2010).

A opção por esse caminho já podia ser vislumbrada na reta final da campanha, quando Vázquez anunciara que, se eleito, nomearia Danilo Astori como Ministro das Finanças. Astori disputara a hegemonia interna da FA com Vázquez por mais de uma década e, nesse interregno, empreendeu uma forte guinada à direita: de enérgico adversário do processo de moderação programática do partido, tornou-se um admirador e defensor do modelo neoliberal.

A continuidade foi sentida também na política exterior. Durante a presidência de Vázquez, a implementação de ações conjuntas com os países do Sul para reduzir as assimetrias de poder foi preterida em prol do fortalecimento dos vínculos com os Estados Unidos, país com o qual o Uruguai quase assinou um Tratado de Livre Comércio que sofreu forte objeção da FA. Ocorreu, inclusive, um debilitamento das relações com as nações latino-americanas, especialmente no âmbito do Mercosul, no qual foram registrados importantes enfrentamentos com a vizinha Argentina.

A presidência de Mujica, iniciada em março de 2010 manteve algumas dessas orientações. Embora tenha se lançado nas primárias do partido com a promessa de empreender uma “virada à esquerda”, o ex-guerrilheiro do Movimento de Libertação Nacional Tupamaros atenuou sua posição após ter o nome confirmado. Mujica procurou construir um acordo com Astori, incorporando-o à fórmula frenteamplista como vice-presidente. A estratégia, fundamental para suturar as feridas provocadas pelas disputas internas, sinalizou que os rumos econômicos do país não sofreriam mudanças bruscas.

No entanto, isto não implica afirmar que as convicções e o estilo de José Mujica não tenham transparecido em suas decisões. Pelo contrário, houve consideráveis pontos de divergência entre os dois governos, a exemplo da política externa que, no segundo governo da Frente Ampla, foi marcada pela retomada das relações estratégicas com a América Latina e pela superação dos conflitos com a Argentina.

O SOCIALISMO POSSÍVEL NO NOTICIÁRIO DA TELESUR

Com o respaldo fornecido pelo quadro teórico e político traçado,

procede-se, na sequência, à análise quantitativa e qualitativa das notícias que enfocam a ação dos trabalhadores. Vale observar que, embora o período definido para a constituição do *corpus* tenha se estendido aos dois primeiros anos do governo de José Mujica, o material coletado concentra-se em três meses (junho, agosto e outubro), referentes ao primeiro ano da administração frenteamplista.

No período em questão, foram publicadas cinco notícias referentes ao tema “ação dos trabalhadores”. Quatro delas dão ênfase uma série de paralisações laborais organizadas pelo movimento sindical. A quinta se refere a uma iniciativa de trabalho cooperativo. Embora aparente destoar das demais, esta também foi inserida no grupo por ter sido veiculada no auge da mobilização sindical e por conter uma referência indireta às paralisações.

A análise das vozes sociais mobilizadas na construção do noticiário evidencia a presença de duas categorias de fonte: a sociedade civil organizada e o governo. Em termos quantitativos, há uma grande proeminência da primeira: 73% das fontes consultadas (8, no total) advêm da sociedade civil organizada e 27% (3, no total), do governo. Nota-se, ainda, a ausência de representantes da esfera governamental em duas das cinco notícias analisadas.

O tempo de fala das fontes é bastante variável, oscilando de 13 a 27 segundos. Nas notícias em que há a presença de representantes do governo e da sociedade civil, observam-se três situações: concessão de um tempo muito superior à sociedade civil, atribuição de igual tempo a ambos e uma pequena margem de tempo favorável ao governo. A forma de inserção dessas falas é essencialmente informativa. Todas as fontes consultadas desempenham importante papel na construção das notícias.

No que diz respeito ao posicionamento político, os representantes da sociedade civil organizada apresentam, majoritariamente, um discurso unificado e favorável às iniciativas dos trabalhadores. A posição do governo, por sua vez, é variável: ora ele se manifesta contra a ação dos trabalhadores, ora a favor e ora mostra-se aberto à negociação.

Considerados em conjunto com o encaminhamento dado às matérias pelo repórter e pelos recursos de edição, os indicadores elucidados apontam para uma valência negativo-neutra da cobertura em relação ao governo. Em duas notícias, este aparece sob um enfoque negativo, também em duas recebe um tratamento neutro e em uma é enquadrado positivamente. Por conseguinte, o noticiário submetido à análise não pode ser considerado de viés governista.

A primeira notícia sobre a mobilização dos sindicatos foi veiculada no dia 10 de junho de 2010, com o título “Trabalhadores paralisam em busca de melhorias salariais” (TRABAJADORES..., 2010b). A matéria concede voz a três fontes: dois dirigentes da central única PIT-CNT e o ministro do Trabalho e Seguridade Social do governo de José Mujica. Os sindicalistas contam, respectivamente, com 19 e 16 segundos para se manifestar e ambos apresentam posição favorável ao movimento. Em contrapartida, o representante governamental dispõe de 13 segundos para se posicionar contra o ato. Portanto, ainda que a notícia contemple vozes contraditórias, há um desequilíbrio no tempo concedido a elas.

O repórter qualifica o ato como um “choque” entre o governo e os

trabalhadores organizados e, em seu papel de locutor, acaba por assumir a perspectiva de enunciação dos trabalhadores. Na passagem, recurso narrativo considerado como a assinatura da matéria pelo jornalista, ele reitera, na modalidade discursiva indireta, os aspectos essenciais das declarações dos dois sindicalistas. O encaminhamento dado à matéria produz como resultado uma valência negativa para o governo.

A análise do discurso permite identificar marcas que auxiliam no desvelamento da formação ideológica hegemônica na notícia, evocada pelos trabalhadores. A fala do dirigente Richard Read é esclarecedora nesse sentido:

Continuaremos lutando o quanto for necessário, não importa o governo que esteja no poder, *porque seremos independentes de qualquer governo. Porque o que nos une são os interesses de classe, da classe trabalhadora. Não se equivoquem, não somos apêndices de ninguém* (TRABAJADORES..., 2010b, tradução nossa, grifo nosso).

A afirmação da independência do sindicato em relação ao governo ecoa uma singular pauta dos socialistas latino-americanos. Conforme sublinha Coutinho (1980) em uma abordagem centrada na análise da realidade brasileira, mas perfeitamente transponível para outros países da América Latina em virtude das similitudes dos processos históricos, o avanço rumo ao socialismo na região requer a inversão da tendência política caracterizada pela presença de um Estado forte e autoritário, que transforma os órgãos representativos da sociedade civil, como os sindicatos, em correias de transmissão de seus interesses. A filiação ideológica dos sindicalistas ao socialismo é, ainda, reforçada pela referência à “classe trabalhadora”, clivagem social que tem como principal referência o pensamento de Marx e Engels (1998).

A propalada independência do sindicato adquire expressão na crítica à política econômica em vigor. De acordo com o dirigente sindical Marcelo Abdala, “nosso povo votou em um programa, a classe trabalhadora tem um programa. Devemos, sobretudo, gerar as condições para outra política econômica e social a serviço do povo” (TRABAJADORES..., 2010b, tradução nossa). O posicionamento pode ser entendido como uma rejeição à continuidade da política econômica e social de Tabaré Vázquez, que resultou da aliança de José Mujica com as frações partidárias representativas do primeiro governo da Frente Ampla.

No que diz respeito ao posicionamento ideológico do governo, a notícia não é clara. Ela permite entrever que administração de José Mujica possui uma visão de mundo distinta, mas não aporta elementos que possibilitem elucidar essa perspectiva ideológica. Nas palavras do ministro Eduardo Brenta, o governo “respeita, obviamente, o direito de mobilização. Mas, como dizíamos, acreditamos que *há uma visão distinta da realidade nacional*” (TRABAJADORES..., 2010b, tradução nossa, grifo nosso).

No dia 19 de agosto, o Telesur Notícias veiculou a matéria “Segunda paralisação dos trabalhadores” (SEGUNDO..., 2010). Chama atenção, nesse caso, o silenciamento do governo, inclusive em relação a cobranças feitas a ele pelos sindicalistas. A notícia contempla apenas os trabalhadores organizados, concedendo voz a dois representantes do movimento, com

posições convergentes. O repórter-locutor também assume a perspectiva de enunciação da central única dos trabalhadores, reproduzindo em discurso indireto informações de autoria dela. O relato assim construído concorre para a produção de um discurso monofônico, com valência negativa para o governo.

O repórter qualifica a manifestação como um dos atos de “alta conflitividade” registrados no mês de agosto e apresenta a destinação de 6% do PIB para a educação como o mote principal da mobilização. A reivindicação é vocalizada pelo líder sindical Juan Castillo, que cobra do governo uma ação condizente com seu próprio discurso. “É tratar de ser coerente com o discurso do presidente da República que, para melhorar o país, melhorar os uruguaios e competir em qualidade: mais educação, mais educação, mais educação. Então, mais orçamento” (SEGUNDO..., 2010, tradução nossa).

O dirigente sindical Edgardo Oyenard apresenta outras demandas dos trabalhadores. Sua declaração contém marcas discursivas que remetem a uma visão de mundo igualitária:

Vamos continuar lutando por salário, por trabalho e pelo conjunto de direitos que, como trabalhadores, nos corresponde; que, como seres humanos, nos corresponde. Vamos continuar lutando pela construção de uma sociedade sem explorados e sem exploradores” (SEGUNDO..., 2010, tradução nossa, grifo nosso).

As principais demandas às quais o sindicalista se refere (salário, trabalho) inscrevem-se dentre os direitos democráticos que Bobbio (1992) denomina “direitos sociais”. Considerados como os que mais se aproximam do ideal socialista de igualdade substantiva, tais direitos promovem um tratamento não igual entre os cidadãos, procurando compensar as desigualdades concretas existentes entre grupos sociais, mediante programas geridos pelo Estado.

É importante enfatizar, a esse respeito, que o socialismo nasce como uma proposta de aprofundamento da democracia. Marx (1843) reconhece o caráter progressista dos direitos civis e políticos proclamados pelo Estado de direito burguês, entretanto considera que eles não são suficientes para promover a verdadeira emancipação humana. Esta só pode ser alcançada quando a democracia perde o caráter meramente formal, adquirindo uma substância real mediante a abolição das diferenças no plano material de existência.

A filiação dos sindicalistas a uma visão de mundo considerada socialista é corroborada pelo ideal de “construção de uma sociedade sem explorados e exploradores” (SEGUNDO..., 2010, tradução nossa), meta finalística do modelo de sociedade proposto por Marx e Engels (1998) que é evocada por Oyenard. Tal posicionamento ideológico também é sugerido pelo *off* do repórter, que qualifica os sindicatos como de “extração de esquerda”.

Novo marco da luta dos trabalhadores foi registrado pelo Telesur Notícias em 26 de agosto, um dia após a paralisação de atividades pelo sindicato dos servidores públicos. Intitulada “Trabalhadores reclamam melhorias salariais” (TRABAJADORES..., 2010a), a matéria é a primeira da série a apresentar uma valência neutra, concedendo espaço equilibrado para

a manifestação de posições contraditórias. Duas fontes, uma representativa do sindicato e a outra do governo, obtêm direito a voz e usufruem de tempo similar para expressar suas posições: a primeira dispõe de 22 segundos e a segunda, de 27.

A declaração do líder sindical Alejandro Laner enfatiza os principais pontos de discordância entre o governo e os trabalhadores: a discussão orçamentária em profundidade com os organismos públicos, o salário mínimo de ingresso na função pública e a carga horária de trabalho. O ministro do Trabalho e Seguridade Social, Eduardo Brenta, também se concentra na posição defendida pelo governo, especialmente no que diz respeito à jornada de trabalho e às correções de desigualdades salariais existentes no serviço público. Ao contrário do observado nas matérias anteriores, não se percebe o posicionamento do repórter-locutor a favor de uma das perspectivas de enunciação. Também não são encontradas marcas discursivas que remetam a uma formação ideológica.

Em meio à série de paralisações organizadas pelos sindicatos, o Telesur Notícias veiculou, no dia 28 de agosto, uma matéria em que trabalhadores organizados aparecem sob um enfoque diferenciado. Com o título “Empresa cooperativa celebra dois anos de atividades” (EMPRESA..., 2010), a notícia confere visibilidade a Envidrio, fábrica de produção de envases de vidro outrora falida, cujas atividades foram retomadas graças à ação de uma cooperativa de trabalhadores.

A iniciativa é apresentada sob um viés positivo, que é corroborado pelas duas fontes consultadas: o trabalhador cooperado Daniel Placeres e o presidente da República, José Mujica. A matéria produz, portanto, um discurso monofônico, destituído de vozes contraditórias. Ambas as fontes dispõem exatamente do mesmo tempo para se manifestar: 25 segundos. Ao assumir um posicionamento favorável à iniciativa dos trabalhadores, o governo é representado na notícia com uma valência positiva.

A produtividade da fábrica e os indicadores sociais a ela relacionados obtêm destaque na narrativa jornalística. O *off* do repórter e as imagens da linha de montagem, em que aparecem várias garrafas em processo de fabricação, transmitem a ideia de uma produção pujante, geradora de muitos postos de trabalho: “[Envidrio] começou com 57 trabalhadores e hoje gera 108 empregos diretos e outros 400 indiretos. Produz 80.000 envases diariamente” (EMPRESA..., 2010, tradução nossa). Tal enfoque encontra ressonância na declaração do presidente José Mujica, que enfatiza a “multiplicação da riqueza” gerada pela fábrica:

Non se multiplicam as faixas, os cartazes, as marchas, as horas de greve. *Multiplicam-se as garrafas, multiplica-se a riqueza*, multiplica-se o que é repartido, as soluções materiais que muitíssimas pessoas precisam. Oxalá possamos multiplicar essa experiência em tudo. Por isso, para mim, tem o valor de um banco de prova (EMPRESA..., 2010, tradução nossa, grifo nosso).

A ênfase atribuída, pelo repórter e pelo presidente uruguaio, à multiplicação da riqueza nacional em benefício da própria população pode ser entendida como uma referência à noção de “país produtivo”, que passou a integrar o ideário da Frente Ampla após seu reposicionamento ideológico. Conforme atesta um documento do partido, a construção de

¹⁷ No final de setembro de 2015, o vídeo estava com quase 25 milhões de visualizações.

um “país produtivo” implica

[...] colocar a economia a serviço do ser humano, deixando para trás aquela concepção economicista que concebe as pessoas como meros agentes econômicos, esquecendo de sua dimensão integral e transcendente.

Portanto, em nossa concepção, a condição indispensável de qualquer modelo de país é que tenha como centro a geração de emprego genuíno para todos os seus habitantes (FRENTE AMPLIO, 2003, p.9).

Além de uma defesa desse modelo produtivo, o discurso de José Mujica inclui uma crítica às paralisações sindicais. Ao elogiar a Envidrio, o presidente enfatiza que os trabalhadores organizados na cooperativa estão multiplicando a riqueza e não “os cartazes, as marchas, as horas de greve”. A afirmação pode ser entendida como uma reprovação da postura dos sindicatos e, por conseguinte, como um distanciamento em relação à perspectiva ideológica que os mobiliza.

O depoimento do cooperado Daniel Placeres contém marcas discursivas que convergem, mas também complementam, a caracterização do modelo produtivo que José Mujica afirma apoiar. O trabalhador enfatiza: “montamos uma fábrica e resgatamos o trabalho” (EMPRESA..., 2010, tradução nossa). A afirmação, feita por um operário, remete ao imaginário socialista de tomada dos meios de produção pelos trabalhadores, presente nos escritos de Marx e Engels (1998). No entanto, Placeres também demonstra uma preocupação com o “mercado”, alheia ao ideário socialista clássico: “ao mesmo tempo, ficamos a par da gestão, o que nos fez abrir a cabeça quanto à realidade que vive o sistema produtivo, não só nacional, mas também internacional, em termos de mercados” (EMPRESA..., 2010, tradução nossa).

A dinamização do mercado interno e o fortalecimento da projeção exportadora do país, em termos regionais e mundiais, são considerados fundamentais para a instauração do modelo de país produtivo da Frente Ampla (FRENTE AMPLIO, 2003). Além de serem evocados pelo trabalhador cooperado, eles também aparecem no *off* do repórter, quando este destaca que “em breve, Envidrio começará a produzir envases para o competitivo mercado brasileiro” (EMPRESA..., 2010, tradução nossa).

A última notícia submetida à análise retorna ao tema da paralisação das atividades laborais. Veiculada no dia 1º de outubro de 2010, com o título “Anúncio de greve causa divergências entre setores sindicais” (ANUNCIO..., 2010), ela enfoca a divisão dos trabalhadores diante da nova mobilização. São ouvidas duas fontes, representativas de segmentos sindicais distintos e com posições políticas divergentes em relação ao ato. Observa-se um desequilíbrio no tempo de fala concedido a cada uma: os organizadores da paralisação dispõem de 20 segundos para se manifestar e o sindicato divergente, dos trabalhadores do Estado, de 13 segundos.

No *off*, o repórter afirma que a paralisação tem o objetivo de “manifestar o rechaço ao orçamento do governo nacional, mas nem todos os setores estão de acordo com uma medida tão dura contra o governo, que tem contemplado muitas demandas dos trabalhadores”. A declaração do representante do sindicato dos trabalhadores do Estado, editada na

sequência, não confirma esse posicionamento. Por conseguinte, ao fazer a afirmação, o repórter assume a perspectiva de enunciação governamental. Na edição final da matéria, a informação acaba concorrendo para a produção de uma valência neutra em relação ao governo.

O representante do sindicato dos trabalhadores do Estado, Pablo Cabrera, reconhece as diferenças entre segmentos laborais, mas também minimiza as consequências destas para a luta mais ampla dos trabalhadores. Ele afirma que “há diferenças, obviamente, porque isso é parte da construção do movimento sindical. O que todos temos claro é que queremos um Uruguai com justiça social e um *país produtivo que realmente dê oportunidade às pessoas e vá ao encontro da cidadania*” (ANUNCIO..., 2010, tradução nossa, grifo nosso). Como é possível observar nas marcas discursivas em destaque, a visão de mundo apresentada pelo sindicalista como universal remete à ideologia frenteamplista, retomando a noção de “país produtivo”.

Em sua declaração, o representante dos segmentos trabalhistas responsáveis pela nova convocatória, Richard Read, também minimiza o impacto da divergência para a luta mais ampla dos trabalhadores: “as diferenças pontuais, táticas ou de objetivos são isso: diferenças táticas. Sempre seremos companheiros, porque representar a um sindicato, a uma central, significa ser um escudo da imensa maioria dos trabalhadores que ainda continua *brigando por direitos e por salário*” (ANUNCIO..., 2010, tradução nossa, grifo nosso). As marcas discursivas em destaque evidenciam que também essa fonte remete a uma visão de mundo supostamente universal que, no entanto, não coincide com a expressa pelo sindicalista precedente. No caso em questão, reafirma-se a luta por direitos sociais, sem ter em vista a construção de um “país produtivo”.

CONCLUSÕES

As notícias analisadas evidenciam a proeminência da sociedade civil organizada na construção noticiosa sobre a realidade dos trabalhadores, em detrimento das fontes governamentais. Ainda que a sucursal da Telesur responsável pela cobertura seja mantida pelo Estado uruguaio, observa-se a existência de uma autonomia do jornalismo por ela praticado em relação às forças políticas que se encontram no poder. A tendência observada aproxima a emissora da missão institucional de ser um espaço para a manifestação dos cidadãos latino-americanos.

Principalmente na voz dessas fontes da sociedade civil organizada é que ressoam, no noticiário em questão, sentidos tradicionalmente associados à ideologia socialista. Predomina entre os sindicalistas consultados a visão de que os trabalhadores encontram-se unidos pelos interesses de classe e devem lutar por direitos sociais, tendo como meta a construção de uma sociedade sem explorados e exploradores. No que diz respeito às fontes governamentais, observa-se um distanciamento em relação a essa perspectiva de enunciação.

Raramente explicitado, o posicionamento ideológico do governo aproxima-se do de um segmento minoritário entre os trabalhadores organizados que adquirem visibilidade no noticiário. Este tem como norte a construção de um “país produtivo”, mediante a conciliação do ideal

socialista de distribuição social da riqueza com valores mercadológicos do sistema capitalista. Ausenta-se dessa perspectiva outro elemento central do pensamento socialista: a luta de classes.

Tais construções discursivas não devem ser interpretadas como uma negação do socialismo pelo governo de José Mujica. Elas devem ser compreendidas em articulação dialética com o equilíbrio provisório existente entre as forças sociais. A formação social heterogênea do partido Frente Ampla, bem como o enfraquecimento político das frações socialistas que o compõem, minimizam as possibilidades de adoção de um discurso governamental radical. A manutenção da aliança entre forças políticas por vezes díspares impõe a necessidade de diálogo e negociação de uma visão de mundo comum, que não ultrapasse os limites da consciência possível de cada grupo social envolvido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Beto. TelesUR [dez. 2013]. Entrevista concedida a Gláucia da Silva Mendes Moraes.

ANUNCIO de huelga causa discrepancias en sectores sindicales, Telesur, Montevidéo, 1º out. 2010. Disponível em: <http://multimedia.telesurtv.net/web/telesur/#!es>. Acesso em: 13 maio 2014.

BENETTI, Márcia. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs.). Metodologia de pesquisa em jornalismo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CABRAL, José Pedro Cabrera. Processos político-ideológicos na esquerda eleitoral uruguaia: 1971-2004. História & Luta de classes, UFF, n.4, 2012. Disponível em: <http://www.historiaelutadeclases.uff.br/index.php/HLC/issue/view/1>. Acesso em: 25 jun. 2014.

EMPRESA cooperativa celebra dos años de actividades, Telesur, Montevidéo, 28 ago. 2010. Disponível em: <http://multimedia.telesurtv.net/web/telesur/#!es>. Acesso em: 26 set. 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal, 1980. LÖWY, Michael (Org.). O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 3 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

COUTINHO, Iluska (Org.). A informação na TV pública. Florianópolis: Insular, 2013.

ESCH, Carlos Eduardo; DEL BIANCO, Nelia Rodrigues; MOREIRA, Sônia Virgínia. Radiodifusão pública: um desafio conceitual na América Latina. Revista FSA, v.10, n.4, out-dez 2013. Disponível: <http://>

www.observatorioradiodifusao.net.br/index.php/radio-publica-sp-479561368/1349-radiodifusao-publica-um-desao-conceitual-na-america-latina. Acesso: 05 set. 2014

FRENTE AMPLIO. Grandes lineamientos programáticos para el gobierno 2005-2010. Montevidéo, 2003. Disponível em: <http://www.frenteamplio.org.uy/>. Acesso em: 18 set. 2013.

GARCÉ, Adolfo. Uruguay 2009: de Tabaré Vázquez a José Mujica. Revista de Ciencia Política, v.30, n. 2, 2010a.

_____. De guerrilleros a gobernantes: El proceso de adaptación del MLN-Tupamaros a la legalidad y a la competencia electoral en Uruguay (1985-2009). XIV Encuentro de Latinoamericanistas Españoles, 2010b. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00531245/document>. Acesso em: 20 set. 2015.

GARCÉ, Adolfo; YAFFÉ, Jaime. La izquierda uruguaya (1971-2004): ideología, estratégia y programa. América Latina Hoy, USAL v. 44, 2006. Disponível: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30804405>. Acesso: 11 set. 2013.

GOLDMANN, Lucien. A importância do conceito de consciência possível para a comunicação. In: _____. A criação cultural na sociedade moderna. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

GOMES, Wilson. Transformações da política na era da comunicação de massa. São Paulo: Paulus, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto comunista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl. A questão judaica. 1843. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1843/questaojudaica.htm>. Acesso em: 06 maio 2014.

MORAES, Dênis de. Vozes abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Mauad X : Faperj, 2011.

PÊCHEUX, Michael. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. São Paulo: Unicamp, 1988.

SEGUNDO paro general de actividades. Trabajadores exigen mejoras salariales. Telesur, Montevidéo, 19 ago. 2010. Disponível em: <http://multimedia.telesur.tv/web/telesur/#!es>. Acesso em: 20 jan. 2014.

TELESUR. Acerca Telesur. Disponível em: <http://www.telesur.tv/pages/sobrenosotros.html>. Acesso em: 20 out. 2015.

TRABAJADORES reclaman mejoras salariales. Telesur, Montevideú, 26 ago. 2010a. Disponível em: <http://multimedia.telesur.tv/web/telesur/#!es>. Acesso em: 13 maio 2014.

TRABAJADORES se paralisan en busca de mejoras salariales. Telesur, Montevideú, 10 jun. 2010b. Disponível em: <http://multimedia.telesur.tv/web/telesur/#!es>. Acesso em: 20 jan 2014.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. v 1. Florianópolis: Insular, 2005a.

UNESCO. Public broadcasting: Why? How? 2001. Disponível: <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/resources/publications-and-communication-materials/publications/full-list/public-broadcasting-why-how/>. Acesso: 5 set. 2014

URUGUAY. Ley nº 18.496, de 12 de junho de 2009. Diario Oficial, Poder Ejecutivo, Montevideú, 23 de junho de 2009. Disponível em: <http://docs.uruguay.justia.com/nacionales/leyes/ley-18496-jun-12-2009.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.